

Infância Nativa: o modelo de comunicação participativa de Mario Kaplún na mídia digital¹²

Mayra Fernanda FERREIRA³
Universidade Estadual Paulista - UNESP, Bauru, SP

RESUMO

Este trabalho discorre sobre a potencialidade da mídia digital para a expressividade e a participação de crianças, considerando sua interação com a Internet enquanto uma geração nativa digital. Partindo dos pressupostos teóricos de Mario Kaplún, no que se refere à Comunicação Participativa, apresenta-se um modelo de cassete fórum digital a fim de propiciar um espaço de liberdade de expressão para que crianças sejam autoras de seus discursos e possam debater, por si, questões inerentes à infância. Para tanto, foi construída a plataforma “Infância Nativa” e realizada uma intervenção com 20 crianças de escolas públicas de Bauru de modo a verificar como a mídia digital pode assegurar a Comunicação Participativa e valorizar a criança como uma sujeito comunicativo e um cidadão de direitos, em especial ao que se refere à livre expressividade.

PALAVRAS-CHAVE: Comunicação Participativa. Mario Kaplún. Cassete-fórum. Mídia digital. Liberdade de expressão.

INTRODUÇÃO

No contexto contemporâneo da comunicação, a mídia digital se faz presente para diferentes atores sociais, como as crianças que tendem a se apropriar dessa tecnologia. Belloni (2009, p. 132) realça a importância das tecnologias digitais da informação e da comunicação no cotidiano de crianças e adolescentes, “devendo por consequência ser considerados elementos atuantes nos processos de socialização de todos os indivíduos, especialmente das novas gerações”. Desse modo, o domínio dessas tecnologias pela geração digital, como a nomeia Tapscott (2010), é um fator que vem alterando a própria concepção da infância e seus comportamentos em sociedade.

As transformações relativas à infância estão entre as mais significativas mudanças socioculturais ocorridas no final do século XX: mudaram os valores, as representações e os papéis atribuídos às crianças nas sociedades ocidentais. Doravante a criança é reconhecida como um

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação e Educação, XIX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Este artigo é um recorte da Tese “Infância (n)ativa: potencialidades de participação e cidade às crianças na mídia digital”, defendida junto ao Programa de Pós-Graduação da Unesp, em agosto de 2018.

³ Doutora em Comunicação pela Unesp. Mestre em Comunicação e bacharel em Comunicação Social – Jornalismo pela mesma instituição. Jornalista da TV Universitária Unesp. Vice-coordenadora do II Comunicação Multimídia da Intercom, e-mail: mayraunesp@yahoo.com.br.

valor em si, no presente, não mais como uma promessa para o futuro (da nação, da família): a criança é desejada, amada, protegida, consultada. (BELLONI, 2009, p. VII).

Diante da representação e do sentimento em relação à infância no ambiente digital, uma vez que 68% de crianças de nove e 10 anos e 76%, de 11 e 12 anos, estão conectadas (CGI, 2017)⁴, é pertinente se direcionar para uma compreensão entre essa geração de atores-rede em formação em meio às transformações das tecnologias digitais, bem como investigar quais as contribuições entre os sujeitos envolvidos da produção à recepção, em trocas significativas para a promoção de uma sociedade ética, criativa e crítica. “As tecnologias de mídia, em especial, são consideradas capazes de oferecer às crianças novas oportunidades para a criatividade, a comunidade, a auto-realização” (BUCKINGHAM, 2007, p. 66). Belloni e Bévort (2009, p. 1092) completam: “uma direção mais democrática, crítica e criativa dependerá, em grande parte, das oportunidades de mídia-educação⁵ oferecidas às novas gerações”.

Somado a isso, a partir da investigação da relação das crianças com a mídia digital, pode-se fomentar a valorização do público infantil como ativo e crítico no processo comunicacional, enquanto um dos objetivos da mídia-educação, possibilitando às crianças estarem preparadas para agir no mundo, no qual as tecnologias têm destaque, além de compreendê-lo e participar dele por direito próprio e não pela representação que os adultos fazem delas, como nos indica Buckingham (2007, p. 291) “na produção [de conteúdos de comunicação] propriamente dita, e na formulação das políticas de mídia e no gerenciamento das instituições de mídia”.

Livingstone e Third (2017) argumentam que, embora a criança esteja presente no debate sobre direitos no ambiente digital, a elas não é dado o espaço de fala, de direito de participar da sociedade, visto que as organizações de governança da Internet já postulam a proteção da criança, a sua diferenciação dos adultos e, conseqüentemente, a sua desvalorização enquanto cidadã, ou seja, cabe apenas aos adultos a vigilância e a defesa

⁴ O mapeamento “TIC Kids Online” é uma iniciativa do Comitê Gestor na Internet no Brasil (CGI) para identificar os usos da Internet pelo público de nove a 17 anos, não tendo, portanto, dados de faixa etária inferior aos nove anos de idade. Desde 2009, os relatórios traçam o perfil dos usuários crianças e adolescentes em todos os estados do País, apontando tendências e comportamentos do consumo e da atividade on-line. A última publicação é de 23 de novembro de 2017 com dados coletados entre novembro de 2016 e junho de 2017 a partir de respostas a questionários dadas por crianças e jovens, moradoras de 23.721 domicílios.

⁵ Mídia-educação, segundo Belloni (2001), é uma área de interface entre a Comunicação e Educação, visando a discussões teóricas, metodológicas e de práxis, em ambiente escolar ou não, que tenham os sujeitos como protagonistas, tendo conhecimento acerca dos procedimento midiáticos, leitura crítica dos conteúdos e potencial para ressignificação e produção de novas mensagens, o que pode culminar em ações em prol da cidadania.

do que seria bom às crianças. No bojo da defesa dos direitos das crianças por elas mesmas, a comunicação e os sujeitos comunicantes, sem distinção de idade, têm um papel singular, como defende Kaplún (1999).

O autor retoma a dimensão pedagógica da comunicação que visa ao conhecimento, à sua difusão, à sua construção coletiva e, com a tecnologia, essas funções tendem a se amplificar devido ao potencial de interconexão entre os sujeitos. No entanto o autor lembra: “mas, esgotado o interesse pelos outros, extinta a prática da participação social e cidadã, lhes restará para comunicar algo além do intercâmbio de pseudo-experiências virtuais?” (KAPLÚN, 1999, p. 72). A prerrogativa, portanto, é ter a comunicação em interação com a construção comum do conhecimento, a partir das quais se torna possível a socialização e o diálogo entre os sujeitos, o que inclui as crianças e sua relação com os ambientes comunicacionais, como a mídia. Orozco-Gómez (2014) compartilha que as mídias, ou seja, as telas assumem uma legitimidade educativa, uma vez que, por meio do envolvimento lúdico das crianças e jovens, é possível aprender, sendo uma aprendizagem por descoberta, o aprender a aprender, e, posteriormente, uma mediação por parte de educadores, inclusive os agentes de mídia.

Além disso, como a Internet é um meio potencialmente interativo (CASTELLS, 2002), é um espaço para a Comunicação Participativa (KAPLÚN, 1983a) em prol da dialogicidade dos atores e da intervenção social. Com as crianças, acredita-se ser um espaço para que elas possam exercer seus direitos e se assumir enquanto ator social e em rede. É o que se pretende, portanto, neste trabalho, com a plataforma “Infância Nativa”, enquanto uma adaptação do modelo de Comunicação Participativa do cassete fórum de Mario Kaplún.

PRESSUPOSTOS DA COMUNICAÇÃO PARTICIPATIVA

O modelo de Comunicação Participativa do autor latino-americano Mario Kaplún teve início a partir de experiências do teórico com camponeses rurais em países da América Latina nos anos 1980. A proposta participativa envolvia a horizontalidade da comunicação de modo que os sujeitos comunicantes fossem tanto emissores quanto receptores de mensagens que dialogavam com as demandas desses sujeitos que, então, foram denominados “emirecs”.

Através do meio, os grupos podem dialogar, intercomunicar-se e estabelecer uma relação de diálogo – uma comunicação de mão dupla – com os educadores-comunicadores. O meio interconecta os grupos, une-os à distância e permite o intercâmbio e a confrontação de mensagens e a construção por todos de uma nova mensagem comum. (KAPLÚN, 1983b, p. 52, tradução nossa).

O meio citado pelo autor foi o modelo do cassete fórum. Enquanto um instrumento participativo e transformador, o cassete-fórum se caracteriza como um sistema intergrupar de mão dupla que visa à promoção comunitária e à educação de adultos de organizações de base – rurais e urbanas – tendo em vista uma ação popular em prol do desenvolvimento local (KAPLÚN, 1983b). Este modelo era sistematizado pela troca de mensagens, utilizando fitas cassetes, que eram distribuídas com uma mensagem central para o debate entre os grupos. Após esse debate, cada grupo sintetizava suas discussões, que, posteriormente, eram compiladas, por um grupo central, em uma nova fita a ser distribuída.

Deste modo, todos os grupos se informam sobre o que opinaram os demais grupos; cada um ouve e se inteira do pensamento dos outros e o confronta com o seu. Ao ouvir a si mesmo na gravação coletiva e saber que todos os demais grupos o estão escutando, o adulto popular descobre o valor de “dizer sua palavra” e com isso a presença de sua própria dignidade. (KAPLÚN, 1983b, p. 65, tradução nossa).

Dessa forma, o modelo promovia a autoexpressividade dos participantes que assumiam o papel de protagonistas das próprias mensagens, retroalimentando um sistema comunicativo no qual todos são “emirecs”. Esse modelo de comunicação tinha como canal a oralidade, de forma a facilitar e simplificar a participação, além de contribuir para o diálogo entre os participantes de um mesmo grupo e entre os grupos, cujas realidades são semelhantes, a fim de aprofundar o debate sobre um tema que possa acarretar decisões comuns na resolução de problemas. Enquanto espaço aberto para o protagonismo dos “emirecs”, novas temáticas podem surgir de modo a satisfazer necessidades comuns.

Se querem que o grupo permaneça e persista, a comunicação deve estabelecer-se em função de fins concretos, na relação tangível com a vida dos participantes e com a atividade que eles têm em comum. A outra dimensão – a tomada de consciência, a análise da realidade, o desenvolvimento da capacidade crítica, o crescimento da autoexpressão, o fortalecimento de laços solidários – também deve estar

presente; mas como produto e consequência da ação. (KAPLÚN, 1984, p. 35, tradução nossa).

O principal objetivo do cassete-fórum é, portanto, favorecer os próprios indivíduos e os grupos aos quais pertencem, com demandas concretas da realidade que vivenciam. As demais contribuições, como bem cita o autor, são um resultado positivo que garante a atuação subjetiva e solidária dos indivíduos ao participarem coletivamente e em dialogicidade para a transformação da realidade e para o bem coletivo. Para que haja essa participação e compartilhamento, Kaplún (1999) afirma que a apropriação de determinado código se dá a partir da comunicação do mesmo, quando é usado e pronunciado, ou seja, por meio do diálogo no espaço cultural. “A construção do conhecimento e sua comunicação não são, como costumamos imaginar, duas etapas sucessivas através das quais primeiro o sujeito se apropria dele e depois o enuncia. São, isso sim, o resultado de uma interação” (KAPLÚN, 1999, p. 73).

Como a interação refere-se a uma ação entre, é importante que os sujeitos se reconheçam, e sem esse reconhecimento do outro, não haveria a comunicação. A partir da troca para a construção de novas mensagens, na proposta kapluniana, os grupos se autovalorizam, uma vez que reconhecem a importância de sua voz, devido à autoexpressão, e sua contribuição para a sociedade a qual pertencem. Esse potencial para o desenvolvimento social é exaltado por Kaplún (1984), já que ele considera que sem participação não há desenvolvimento porque, por meio dela, os indivíduos assumem seu papel de protagonistas e criam as soluções para os próprios problemas.

Devido a isso, o teórico valoriza a presença de interlocutores, indivíduos em socialização nos papéis de “emirecs”, sem os quais não se efetiva a comunicação, havendo, portanto, a necessidade de conhecer as características e os interesses que os constituem. Desse modo, para que a interlocução ocorra de modo satisfatório, a empatia se apresenta como essencial. Em seus estudos voltados para o rádio, Kaplún (1983a) destaca que quando se conhece o ouvinte, mesmo que não seja pessoalmente, porém se predispõe a observá-lo, é possível dizer coisas com as quais os ouvintes se identifiquem. Nessa perspectiva, o papel dos comunicadores nos meios de comunicação é “saber escutar e não saber falar; e é uma arte saber escutar o que se passa para poder assim relançar uma mensagem que ajude os grupos a dar novos passos” (KAPLÚN, 1983a, p. 19).

Embora o autor defenda a ideia de uma comunicação grupal, a noção de alteridade perpassa essa perspectiva já que é necessário que os membros dos grupos estejam

dispostos a se conhecerem para então comunicarem, em um primeiro momento, dentro do próprio grupo, e em seguida entre os grupos, como já postulava Bohm (2005) acerca do diálogo. Sendo assim, é a participação nos grupos que possibilita a expressividade dos sujeitos em meio ao diálogo com o outro. Caso tais sujeitos não se sintam parte e participantes do grupo, compartilhando ideias, valores e até mesmo hábitos, a comunicação não se realiza.

Nesse sentido, para que a Comunicação Participativa seja efetivada, os sujeitos precisam assumir sua participação, e, mediados pelas tecnologias, acredita-se que haja um potencial a ser explorado devido às características interativas das mídias digitais, ao mesmo tempo em que elas podem possibilitar que esses sujeitos assumam seu papel enquanto ativos socioculturalmente. “Assim emerge uma nova cidadania que, a partir das telas, como audiências-usuários, pode incidir na vida cotidiana real, na esfera pública, nos cenários econômicos e financeiros, tanto como políticos, ou ficar excluídos deles.” (OROZCO-GOMÉZ, 2014, p. 94).

Desse modo, revela-se a importância de uma cidadania comunicativa, da educação aos processos comunicativos ou de mídia-educação, para a “formação humana e democrática na atualidade” (OROZCO- GOMÉZ, 2014, p. 96), cujos passos seriam educar o olhar para o que se vê diante das telas e educar e desenvolver as competências de produção para que se torne possível relacionar os aprendizados passados, por meio da educação formal e não-formal, ao que se têm contato mediado pelas telas, bem como as trocas simbólicas realizadas nas interações.

Kaplún (1999) defende a educação para os meios de modo que comunicadores e educadores, ou educomunicadores⁶, possam auxiliar os sujeitos em um processo crítico acerca do potencial dos meios de comunicação.

Kaplún conclamava os educomunicadores à eficácia, ou seja, à preocupação de que as mensagens não apenas cheguem ao destino, sejam entendidas e despertem o interesse dos sujeitos, mas que, principalmente, mobilizem interiormente a quem as recebe, levando-os a questioná-las, gerando diálogo e participação e alimentando um processo crescente de tomada de consciência. (BONA; CONTEÇOTE; COSTA, 2007, p. 182).

⁶ O termo educomunicadores advém do conceito de educomunicação que se refere à área de conhecimento em construção que articula as práticas de mídia ao ambiente escolar e às práticas não formais de ensino, visando à produção e à leitura crítica de diferentes mídias. (SOARES, 2002). Como teóricos predecessores da educomunicação, os estudiosos contemporâneos citam as referências de Paulo Freire e Mario Kaplún, embora ambos não tenham utilizado essa nomenclatura. Kaplún fazia referência inicialmente a uma comunicação educativa e, após suas experiências e vocação pedagógicas, fez menção a uma educação comunicativa (KAPLÚN, 1998).

Para que haja essa mobilização e, conseqüentemente, a tomada de consciência, os indivíduos podem contar com a mediação de profissionais que trabalham na interface da comunicação e da educação de modo que as mensagens possam ser lidas e interpretadas criticamente. Isso se torna relevante, visto que Bordenave (2006, p. 92) indica que as pessoas tendem a não desenvolver todo o seu potencial de comunicação, “embora, certamente, poderiam elas, com um pouco de orientação e treinamento, aproveitar construtivamente suas capacidades de expressão, relacionamento e participação”. Uma das formas defendidas para estas competências e habilidades em comunicação, e também em informação, como nos coloca Belluzzo (2007), é formação para a mídia, compreendendo as mediações que fazem parte da sociedade da informação e do conhecimento, na qual as tecnologias potencializam o acesso a informações e, assim, requer uma recepção mais inteligente e crítica para que tais informações possam se transformar em significados aos sujeitos, criando conhecimentos novos.

UM MODELO DE CASSETE FÓRUM DIGITAL

Diante da contextualização da Comunicação Participativa e da aplicabilidade do método cassete-fórum em comunidades populares de adultos, metodologicamente, neste trabalho, apresenta-se a adaptação do fórum kapluniano em uma ferramenta como uma proposta de um fórum em meio digital com crianças a fim de potencializar a participação e a liberdade de expressão desde a infância. A sistematização comparativa do método é apresentada no quadro 1.

Quadro 1 – Adaptação do método cassete-fórum para o meio digital

ETAPAS	MÉTODO CASSETE-FÓRUM	CASSETE-FÓRUM DIGITAL
MATERIAIS	Gravador e cassete	Redes sociais digitais e/ou plataformas wiki
PÚBLICO	Comunidades rurais	Infância digital – crianças de nove a 11 anos
PERIODICIDADE	Quinzena e mensal	Mensal
EQUIPE ANIMADORA	Rádio popular	Pesquisadora
TEMA GERADOR	Assunto relevante às comunidades rurais	Questão eleita pelo grupo gerador como uma problemática diante do acesso e usos da Internet pelas crianças
DISCUSSÕES	Comunidades debatiam e gravavam uma mensagem sintetizadora das conclusões do grupo	Crianças estabelecem interações por meio de trocas de mensagens, comentários e compartilhamentos de mensagens
NOVO TEMA GERADOR	A gravação retornava à Rádio Popular que reunia as discussões e produzia uma nova mensagem com as reflexões coletivas	Equipe animadora observa e sintetiza as interações e formula nova questão para o debate
AVALIAÇÕES	Os grupos tinham acesso à gravação coletiva e conheciam a opinião de seus pares sobre o mesmo assunto	A ação em rede desses grupos demonstra como as crianças participam da mídia e quais suas opiniões sobre assuntos pertinentes ao universo infantil e o potencial de intervenção dessas crianças
RESULTADOS	Os grupos se sentiam valorizados porque podiam se expressar livremente, além de ter acesso às informações e discussões de outros grupos	Crianças garantem um espaço de expressividade na mídia e utilizam a Internet como instrumento de diálogo reflexivo e transformador da realidade, reconhecendo-se, assim, como atores sociais

Fonte: elaborado pela autora.

Como sistematizado no quadro, nossa proposta é assegurar a Comunicação Participativa entre crianças de nove a 11 anos, uma vez que essa é a faixa etária já elencada em pesquisas de infância e Internet (CGI, 2016). A dinâmica prevista nessa adaptação do modelo participativo kapluniano visa situar a pesquisadora enquanto equipe animadora, uma vez que possui o domínio da situação-problema e da mediação entre os grupos, que são uma amostra dessa infância conectada, incentivada a participar on-line dos debates e a eleger um líder para cada grupo. Assim, os líderes atuam como incentivadores do debate e da mensagem síntese de modo que a equipe animadora possa

gerar a mensagem de socialização das opiniões dos grupos e formular a questão para o debate. Inicialmente, previu-se o período de 30 dias para que haja as primeiras discussões e a mensagem sintetizadora em cada grupo. Ao fim do processo participativo, espera-se que as crianças reconheçam seu protagonismo, ao mesmo tempo em que possibilita a intervenção que articulem a participação infantil na mídia digital enquanto um espaço de cidadania.

Como o problema de transformação/ intervenção na realidade perpassa uma estratégia compartilhada entre os sujeitos, neste estudo, o tema gerador selecionado para abrir a problemática se refere aos direitos das crianças na Internet, uma vez que segundo León-Duarte e Durazo (2017) este meio tem as qualidades para exaltar tais direitos, uma vez que apresenta possibilidades de oportunidades e riscos. Segundo Livingstone e Third (2017), o estudo sobre os direitos nos ambientes digitais é relevante porque proporciona uma visão imaginativa e inspiradora, além da própria capacidade de emoldurar e mobilizar ações, mesmo que estas estejam a cargo de políticas ainda não sistematizadas.

A partir dessas definições, foi construída uma plataforma interativa, exclusiva para esta pesquisa, em um ambiente *moodle*⁷, ferramenta gratuita e já utilizada com finalidades educacionais em cursos on-line e à distância. Intitulada de “Infância Nativa”, a plataforma apresenta um fórum on-line, “Criança e Internet”, com espaço para interação dos participantes, cada qual em seu perfil e cadastro em um grupo. A equipe animadora é formada pela pesquisadora que tem o perfil de moderadora da plataforma de modo a ter acesso a páginas pessoais e mensurar as interações on-line. As figuras 1 a 3 ilustram a plataforma.

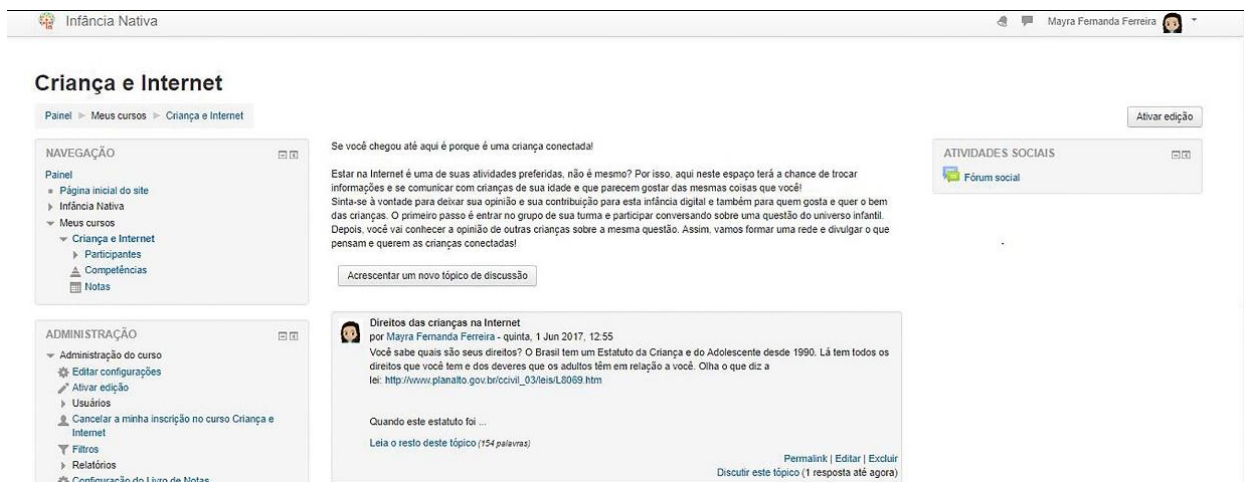
⁷ A plataforma moodle (Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment) é um ambiente virtual de aprendizagem (AVA) que oferece uma estrutura administrativa (dados cadastrais, relatório, lista de presença, calendário), acadêmica (dicas, pesquisa, disciplinas, glossário, roteiros de estudo), bem como ferramentas de interação (e-mail, chat, wiki e fórum), possibilitando uma ampla gama de canais de comunicação entre os participantes, que podem ser selecionadas pelo professor, de acordo com seus objetivos pedagógicos. (DELGADO; HAGUENAUER, 2010, p. 16).

Figura 1 – Homepage da plataforma “Infância Nativa”



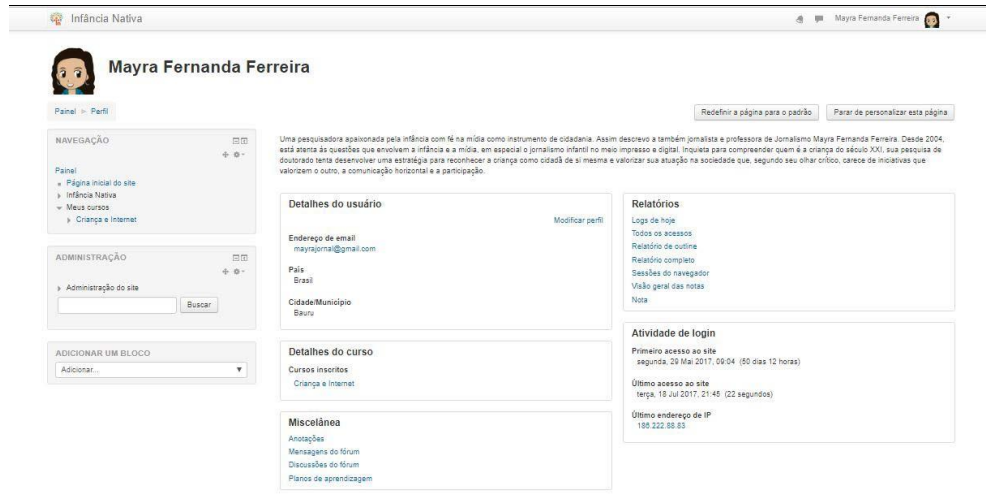
Fonte: Ferreira (2017).

Figura 2 – Fórum “Criança e Internet”



Fonte: Ferreira (2017).

Figura 3 – Perfil de participante



Fonte: Ferreira (2017).

Cada participante tem a possibilidade de inserir informações pessoais, que estão protegidas pela política de privacidade da plataforma. A questão problematizadora inicial foi proposta pela pesquisadora, conforme figura 2, com o indicativo da periodicidade do fórum de 30 dias. Tendo a interface e as ferramentas interativas testadas, a “Infância Nativa” foi apresentada às 20 crianças selecionadas a partir de um diagnóstico de usos on-line⁸, realizado com um grupo de 40 crianças de duas escolas municipais de Bauru, interior de São Paulo. Vale ressaltar que a plataforma foi oferecida em versão on-line para uso em acesso para navegação como um site e também em versão mobile em aplicativo.

CRIANÇAS EM COMUNICATIVA PARTICIPATIVA

A partir da apresentação da plataforma às crianças e da divisão delas em quarto grupos, conforme o ano escolar e a escola a qual pertenciam, para a potencial participação no fórum sobre os direitos on-line, esperou-se a ocorrência das interações por um período de 30 dias para o acesso apenas no site e, posteriormente, 15 dias para acesso no aplicativo. No entanto, após esses períodos, identificou-se apenas uma interação com a questão problematizadora, sinalizando “sim, eu sei meus direitos”.

Diante desse resultado, embora se reconheça a brevidade da proposta de intervenção on-line, as crianças foram convidadas para um momento de troca e diálogo

⁸ Os resultados deste diagnóstico constam na versão completa da tese “Infância (n)ativa: potencialidades de participação e cidade às crianças na mídia digital”. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/157357>

presenciais a fim de identificar os motivos dessa não interação e suas opiniões sobre a questão central do fórum, bem como sobre a proposta de Comunicação Participativa deste trabalho. Nos momentos realizados em grupos, identificou-se que houve uma limitação técnica para o acesso das crianças à plataforma, seja por erro de login ou falta de conexão e porte de um equipamento com acesso à Internet no período da pesquisa, sendo que todos sinalizaram que gostariam de ter participado da interação on-line porque julgaram a iniciativa muito legal, já que teriam um local só delas para conversarem.

Além desse aspecto técnico, observou-se que elas reconhecem as potencialidades da mídia digital enquanto um espaço para se expressarem, assegurando seu direito à liberdade de expressão, sobre assuntos que lhes interessam e também para que possam manifestar suas opiniões, já que apontaram que muitas vezes os adultos não valorizam suas manifestações de falas. Outra questão apresentada pelos grupos se refere aos usos que já fazem das mídias digitais, em especial os de mensagens instantâneas, para conversarem com os pares e compartilharem assuntos que também se fazem presentes no dia a dia off-line, como as temáticas escolares.

Devido a esse vínculo com questões do ensino formal, as crianças também sinalizaram que a plataforma “Infância Nativa” seria muito positiva para utilização em sala de aula, com a mediação de um educador para que pudessem estar on-line no ambiente escolar e, assim, efetuar as trocas interativas e participativas. Tais trocas são o que se esperava com o cassete fórum digital e o que se pretende com a disponibilização posterior de tal ferramenta aos ambientes educativos para que seja uma ferramenta de mídia-educação para potencializar a participação desde a infância.

Considerando, portanto, os aspectos ressaltados pelas crianças acerca da Comunicação Participativa na plataforma construída para este trabalho, tendemos a concordar com Orozco-Gómez (2014, p. 115): “a falta de participação não é somente falta de costume. É resultado de uma maneira histórica de ser e de estar das audiências”, na qual se prevalece a inibição por parte dos meios de comunicação de massa em vez de uma relação multidirecional e, conseqüentemente, da participação que, segundo o autor, não é viável apenas com o uso das tecnologias, mas por meio do interesses e intenções de todos os envolvidos no novo ecossistema comunicacional, o que também se aplica ao ambiente escolar. De fato, na intervenção aqui desenvolvida se verifica essa falta de costume e até mesmo de interesse, a nosso ver, por duas razões principais: a plataforma “Infância Nativa”, elaborada como um fórum on-line, não apresentava elementos de lucidez que

são acessados e interesses das crianças, como os jogos e os conteúdos audiovisuais e, para as interações, os sujeitos agrupados nem sempre eram os mesmos da comunidade de afinidades, o que os fazia se sentir parte de algo que não podiam compartilhar com todos os pares. Esses fatores podem ter influenciado no resultado de uma participação não interativa na plataforma, enquanto a participação dialógica se ressalta no envolvimento presencial e conversacional realizado com as crianças, que indica que há interesse no debate sobre assuntos que lhes são caros e para os quais julgam que não há espaços para que possam se manifestar. Desse modo, verifica-se que há potencialidades participativas de expectativas por parte da infância para que possam, de fato, participar, mediadas ou não pelas tecnologias digitais da informação e da comunicação em diferentes espaços, em especial a partir da escola.

CONSIDERAÇÕES

Neste trabalho, ao propormos um modelo de Comunicação Participativa, observamos que a mídia digital tem um potencial para oportunizar os direitos e a cidadania desde que as crianças, de fato, conectadas e em rede, possam usufruir da interação e da participação como também direitos no ambiente midiático e tecnológico. Mais que o foco nessas oportunidades, é relevante que a infância e seus agentes de socialização, como o é a escola, estejam abertos para oportunizar esses espaços de participação, destinando um espaço de direito para que as crianças sejam sujeitos participantes e comunicativos, refletindo sobre o que as motiva ao perceber uma valorização de suas falas, sendo o mesmo o que esperam em e das comunidades às quais pertencem.

Embora a Comunicação Participativa de modo autônomo pelas próprias crianças nesta primeira utilização da plataforma “Infância Nativa” não tenha se efetivado como se esperava, as próprias crianças reconhecem as potencialidades que a mídia digital as apresenta, de modo que possam ser, de fato, protagonistas de suas ações, reflexões e dizeres on-line, o que pode vir a repercutir nas suas vivências off-line, ao mesmo tempo em que esse espaço midiático garante oportunidades para a expressividade, a criatividade, a criticidade e a coautorias infantis. No entanto, tais oportunidades só são concretas na medida em que as crianças se deparam com mecanismos reais de participação e em situações de mediação, entre as próprias crianças e os demais agentes de socialização da

infância, que demonstrem que suas opiniões têm valor, o que, conseqüentemente, torna-as atores sociais e cidadãos de direitos que são valorizados, respeitados e até mesmo promovidos, mais que protegidos, para assegurar que elas, na fase da infância, tenham sua cidadania e seu protagonismo na sociedade.

REFERÊNCIAS

- BELLONI, Maria Luiza. **O que é sociologia da infância**. Campinas: Autores Associados, 2009.
- BELLONI, Maria Luiza. **O que é mídia-educação?**. Campinas: Autores Associados, 2001.
- BELLONI, Maria Luiza; BÉVORT, Evelyne. Mídia-educação: conceitos, história e perspectivas. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 109, p. 1081-1102, set./dez. 2009.
- BELLUZZO, Regina Célia Baptista. **Construção de mapas: desenvolvendo competências em informação e comunicação**. 2. ed. Bauru: Cá entre nós, 2007.
- BOHM, David. **Diálogo** – comunicação e redes de convivência. Tradução de Humberto Mariotti. São Paulo: Palas Athena, 2005.
- BONA, Nívea; CONTEÇOTE, Marcelo Luis; COSTA, Laílton. Kaplún e a Comunicação Popular. **Anuário Unesco/Metodista de Comunicação Regional**, São Bernardo do Campo, Ano 11, n.11, p. 169-184, jan/dez. 2007.
- BORDENAVE, Juan E. Díaz. **O que é Comunicação**. 30. reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- BUCKINGHAM, David. **Crescer na era das mídias eletrônicas**. Tradução de Gilka Girardello e Isabel Orofino. São Paulo: Edições Loyola, 2007.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede** – A era da informação: economia, sociedade e cultura. Volume 1, 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- CGI, Comitê Gestor da Internet no Brasil. **TIC Kids online Brasil 2016: Pesquisa sobre o uso da internet por crianças e adolescentes no Brasil**. São Paulo: Comitê Gestor de Internet no Brasil, 2017.
- CGI, Comitê Gestor da Internet no Brasil. **TIC Kids online Brasil 2015: Pesquisa sobre o uso da internet por crianças e adolescentes no Brasil**. São Paulo: Comitê Gestor de Internet no Brasil, 2016.
- DELGADO, Laura Maria Miranda; HAGUENAUER, Cristina Jasbinschek. Uso da Plataforma Moodle no Apoio ao Ensino Presencial: um Estudo de Caso. **Revista EducaOnline**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 11-26, j.an/abr. 2010.

FERREIRA, Mayra Fernanda. **Infância Nativa**, 2017. Disponível:<
www.infancianativa.com.br>. Acesso em: 18 jul. 2017.

KAPLÚN, Gabriel. Mario Kaplún, el viajero. **Chasqui**. Revista Latinoamericana de Comunicación, Quito, n. 64, p. 9-14, dez. 1998.

KAPLÚN, Mario. Processos educativos e canais de comunicação. **Revista Comunicação & Educação**, São Paulo: Moderna, Ano V, n. 14, p. 68-75, jan-abr. 1999.

KAPLÚN, Mario. **Comunicación entre grupos: el método del Cassette-Foro**. Ottawa: CIID, 1984.

KAPLÚN, Mario. **Hacia una comunicación participativa: entrevista a Mario Kaplún**. Quito: Aler, 1983a.

KAPLÚN, Mario. **Hacia nuevas estrategias de comunicación en la educación de adultos**. Santiago: Oficina Regional de la UNESCO para America Latina y el Caribe, 1983b.

LÉON-DUARTE, Gustavo; DURAZO, Luisa Zaozaya. Derechos del infante em la era digital. Factores que vulneran y potencian los derechos de la niñez em México. In: ROIG-VILA, Rosabel (Ed.). **Investigación en docencia universitaria: diseñando el futuro a partir de la innovación educativa**. Barcelona: Ediciones Octaedro, 2017. p. 1028-1033.

LIVINGSTONE, Sonia; THIRD, Amanda. Children and young people’s rights in the digital age: an emerging agenda. **LSE Research Online**. 2017. Disponível em: <eprints.lse.ac.uk>. Acesso em 20 abr. 2017.

OROZCO-GÓMEZ, Guillermo. **Educomunicação: recepção midiática, aprendizagens e cidadania**. Tradução de Paulo Valério. São Paulo: Paulinas, 2014.

SOARES, Ismar de Oliveira. Gestão comunicativa e educação: caminhos da educomunicação. **Comunicação & Educação**, n. 23, p. 16-25, 2002.

TAPSCOTT, Dan. **A hora da geração digital: como os jovens que cresceram usando a internet estão mudando tudo, das empresas aos governos**. Tradução de Marcello Lino. Rio de Janeiro: Agir Negócios, 2010.